

A RECEPÇÃO DAS LETTRES PORTUGAISES EM PORTUGAL

Maribel Paradinha

Escola Superior de Educação de Beja

Considerar a obra original e a sua tradução separadamente seria um erro que implicaria outro erro ainda maior sobre a natureza da tradução.

T. S. ELIOT

A tradução é um duelo de morte onde aparece inevitavelmente quem traduz ou quem é traduzido.

SCHLEGEL

1. As *Lettres Portugaises*: a génese de um enigma literário.

Passam melancolicamente os dias. É a saudade que alimenta agora a vida de Mariana. Para mitigar a mágoa do apartamento não tem ela refrigério melhor de que o doirado enxame das lembranças, cujo rumor lhe atordoia a mente e enche o vazio da solidão. [...] Debruçada sobre laudas de papel, revive as venturas passadas, reconstitue os lances ardentes da paixão e sonha [...]. São poemas que elabora, sem cuidar no apuro dos dizeres nem mais arte do que a natural expressão do que sente e pensa.

É assim que Manuel Ribeiro (1940:163) descreve a génese daquele que foi um dos casos mais enigmáticos da história da Literatura, fenómeno de notável êxito e que se apresenta agora como um dos casos mais interessantes para os Estudos de Tradução.

O fenómeno será conhecido de muitos, mas uma breve apresentação impõe-se para não comprometer a compreensão do alcance desta pequena exposição.

É consensualmente aceite que Claude Barbin foi quem primeiro publicou as *Lettres Portugaises*, em 1669, mas o privilégio do rei (concedido ao conhecido livreiro francês por cinco anos) não impede que outras publicações das mesmas cartas por mão de outros livreiros vejam a luz do dia ainda nesse mesmo ano. É sabido que, no século XVII, eram frequentes os “salões”, privilegiados pontos de encontro, simultaneamente intelectuais e sociais, especialmente favoráveis à leitura e divulgação de novas obras. O êxito das *Lettres Portugaises* em França, indiscutivelmente associado a estes salões, deve-se, em parte, à novidade que representavam estas Cartas (subversivas em relação aos códigos estabelecidos para os géneros literários), em parte, à capacidade de satisfazer o gosto francês, que se

revelava ávido do exotismo que aportavam. A grande procura levou a reimpressões e ao aditamento de mais sete cartas ditas "d'une femme du monde", assim como as respostas de Chamilly. O descrédito em relação a umas e outras leva a catalogá-las como apócrifas.

Os nomes dos autor, destinatário e tradutor, inicialmente não revelados, vão sendo gradualmente postos a descoberto, mas o distanciamento temporal entre este encobrimento e a consequente revelação é estranhamente parco.

Não obstante esta ocultação dos nomes poder estar, eventualmente, associada à salvaguarda da reputação de Chamilly ou a problemas de direitos, há ainda outro aspecto curioso, que se prende com a publicação em Colónia das *Lettres Portugaises*, "chez" Pierre du Marteau. Não havendo quaisquer provas da existência de um editor com este nome, muitos historiadores acreditam tratar-se de Claude Barbin. Esta espécie de falsa identidade permitiria ao livreiro o comércio livre das *Lettres Portugaises*, que tanto êxito tinham tido entre os franceses, libertando-o dos encargos com direitos e, portanto, redobrando os lucros. Esta pseudo-ubiquidade do primeiro editor das Cartas fez crer que se trataria, por conseguinte, de um desenvolvido uso de astúcia do livreiro, com vista ao lucro.

Tendo aparecido pela primeira vez em língua gálica, este «explosivo clarão na literatura do século XVII» (Delgado, 1964:3) é de reconhecido valor¹ para a cultura francesa². A profusão de traduções foi de tal ordem que a contabilização se vê dificultada, se se pretender rigorosa. Mas o número de publicações e traduções assim como o apreço com que eram lidas as *Lettres Portugaises* mostra bem a importância que tiveram na sociedade do Rei-Sol (e um pouco por todo o mundo) e que se perpetuou muito para além deste. Este «énigme littéraire» (como lhe chamou Yvette Parent), assinalado por dois grandes marcos que ora as atribuem a uma origem portuguesa (Boissonade) ora a uma francesa (Deloffre). Embora ambas se pretendam definitivas na resolução histórica deste enigma, Portugal e França não deixaram de disputar entre si um tão importante valor literário.

2. A recepção das *Lettres Portugaises* em Portugal.

O «énigme littéraire» de que atrás falávamos não se prende, portanto, tão-só com uma certa inconstância na apresentação do título da obra, que tanto oculta como revela os ditos autor e destinatário das Cartas, mas também com a autoria das mesmas, que corre o risco de permanecer indecifrável, se ou enquanto não se der conta da existência do *original* português que venha resolver histórica e definitivamente este impasse.

A irresolução desta polémica terá agitado tanto os ânimos portugueses que não só os tradutores tomaram parte nela. Também estas posições valerá a pena

referir, pois algumas, tais como as de Camilo Castelo Branco ou Teófilo Braga (que, não tendo sido tradutores das Cartas, também se quiseram envolvidos na polémica), surgem de figuras de grande importância no panorama literário português.

Entre os acérrimos defensores da autoria portuguesa das Cartas, encontramos Luciano Cordeiro, que, tendo provado a existência da freira de Beja, tentou igualmente provar que as *Lettres Portugaises* eram da sua autoria³. Ao todo, apurámos que mais cinco tradutores acreditam na origem portuguesa das Cartas: Filinto Elísio; o Morgado de Mateus; Manuel Ribeiro; Jaime Cortesão e Belard da Fonseca⁴. A. Lopes Vieira é o único tradutor que, à semelhança do que defendiam Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano, desaprova a tese da origem em língua portuguesa das Cartas (*cf.* entre outros, com Barbey d'Aurevilly, J.-J. Rousseau, F.C. Green, F. Deloffre e J. Rougeot).

Na edição *princeps*, podia ler-se a seguinte nota do editor: «Au lecteur – I'ay trouvé les moyens avec beaucoup de soin & peine, de recouvrer une copie correcte de la traduction de cinq lettres portugaises.». No mesmo ano de 1669, sete outras cartas são acrescentadas (curiosamente, estas atribuídas a «une femme du monde»⁵) e, na sequência destas, são publicadas as respostas a essas cartas: em 1682, La Haye, C. De Graeff acrescenta ao título (*Lettres d'amour d'une religieuse portugaise, écrites au chevalier de C., officier françois en Portugal*) o seguinte apontamento: «Dernière édition augmentée de sept lettres, avec leurs réponses...»⁶. A inconstância do número de Cartas que constituem as *Lettres Portugaises*, assim como a ordem das mesmas, ocupou alguns dos tradutores portugueses e não escapou aos estudiosos, que tentaram reordená-las depois de Barbin, muitas vezes por forma a poderem servir de argumento a uma determinada tese. Dos 8 homens que se dedicaram a esta tarefa, apenas Eugénio de Andrade segue a ordem de Barbin: Luciano Cordeiro (1890), Manuel Ribeiro (1940) e A. Lopes Vieira (1941) concordam com a ordem sugerida por Kleffer (1821); Cerqueira de Vasconcelos (1935) defende a proposta de Paléologue (1889); e Belard da Fonseca (1966) segue a aventada por Gosse (1905). De acordo com o catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal e das traduções das obras de que temos conhecimento, todos os tradutores optaram apenas pela tradução das cinco cartas iniciais, à excepção de Filinto Elísio e Joaquim Gomes, que traduziram as cinco cartas ditas “da religiosa”, seguidas das sete “d'une femme du monde”, juntamente com as suas respostas. Quanto às traduções anónimas (excepto no que respeita à de 1923, que sabemos que inclui apenas as ditas cinco) e à de Pinheiro Chagas, não possuímos informação. Cinco foram também as cartas apresentadas por Cerqueira de Vasconcelos, Humberto Delgado e Belard da Fonseca, nos estudos por eles realizados. Conclui-se, portanto, que a maior preocupação, em Portugal, foi a de divulgar apenas as cinco cartas iniciais que constituem as *Lettres Portugaises*, e não as restantes que vieram a acrescentar descrédito face à veracidade das cartas e acentuar o “artifício literário” que nelas encontra F.C. Green.

3. As traduções para língua portuguesa

A primeira tradução para português das *Lettres Portugaises* fez-se por mão do poeta Filinto Elísio, em 1819 (embora muitos apontem o Morgado de Mateus como o primeiro tradutor). Não há registos de qualquer outra anterior (Rodrigues 1992). Depois dele, outros se seguiram. Apresentemo-los por ordem cronológica, de acordo com as datas das primeiras edições:

- 1819 – Filinto Elísio
- 1824 – Morgado de Mateus
- 1852 – Lopes de Mendonça
- 1872 – Domingos José Enes
- 1874 – Manuel Pinheiro Chagas
- 1888 – Luciano Cordeiro
- 1902 – Joaquim Gomes
- 1913 – Manuel Ribeiro
- 1920 – Jaime Cortesão
- 1941 – Afonso Lopes Vieira
- 1969 – Eugénio de Andrade
- 1977 – Nuno de Figueiredo
- 2000 – Pedro Tamen

Constatamos que as traduções das Cartas se estendem por um largo período de dois séculos, tendo grande parte delas sido re-editadas e encontrando-se, quase todas esgotadas. Este constante exercício traductológico das *Lettres Portugaises* obedece ao que George Steiner (1998:324) diz acerca da tradução: «c'est une tentative pour doter la signification d'une nouvelle forme, découvrir et justifier un autre énoncé possible», podendo isto significar que *ainda* se encontram no texto determinadas qualidades que impedem que este fique esquecido, preso a uma data distante no tempo, e que, portanto, se vão explorando o máximo de possibilidades enunciativas. Os tradutores que se seguiram a Filinto Elísio lançaram-se, assim, em tentativas sucessivas de contornar a *intraductibilité* que Croce defendia ser a alma da língua⁷, pela exploração de sentido e aplicação de novos enunciados possíveis. Dilthey justifica historicamente esta necessidade de re-traduzir: «toute compréhension est engagée dans l'histoire, dans une perspective relative. C'est ce qui explique l'observation banale que chaque siècle refait ses traductions, que la traduction, mis à part le premier exemple fugitif, n'est jamais que réinterprétation, aussi bien que la somme des commentaires précédents que l'original.» (Steiner 1998:345). A este entendimento de Dilthey, junta Walter Benjamin um carácter místico à tradução: ela pode impedir a obra de cair no esquecimento, tornando-a viva na memória dos homens e evitando que ela subsista apenas na memória divina. Provam-no os dois séculos de re-tradução das *Lettres Portugaises*.

Entre as traduções demos conta de uma, datada de 1923⁸, sem referência ao tradutor. Não é, todavia, um caso isolado: o catálogo da Biblioteca Nacional apresenta-nos outras traduções dos inícios do século XX que *apagam* o nome do tradutor (algumas delas editadas em data incerta, desconhecida ou ilegível). É o caso das *Cartas de Amor de Soror Marianna: seguidas das respectivas respostas ao cavaleiro de Chamilly*, publicadas em Coimbra (sem referência à editora), em 1902; ou o das *Cartas Portuguesas*, Lisboa, Europa-América (livro de bolso), em 1974 – cujo avançado da data nos causa ainda maior estranheza face a este *apagamento*. Que fundamentos nos permitirão distinguir o tratamento que é dado ao tradutor, ao longo dos tempos, se, entre uma obra editada em 1902 e outra em 1974, reparamos que nenhuma apresenta o seu nome?

A primeira tradução é feita já no primeiro quarto do século XIX – o que significa que, durante mais de um século, o êxito de que se faziam acompanhar as *Lettres Portugaises* não chegou a Portugal. O interregno é estranhamente longo, para umas cartas já traduzidas um pouco por todo o mundo pouco tempo depois de terem sido dadas ao prelo e, sobretudo, por se dizerem *portuguesas*. A serem do conhecimento dos portugueses, não podemos senão admitir que terão circulado em Portugal até à data da tradução de Filinto Elísio em língua estrangeira. A verificar-se o desconhecimento dos portugueses desta obra, poder-se-á interpretá-lo como uma forma de exercício do poder por parte da Inquisição, activa (a última recopilação do *Regimento* foi ordenada pelo Marquês de Pombal, em 1774) até à Revolução Liberal de 1820. As *Lettres Portugaises*, pelo seu conteúdo, tão danoso para a Igreja e tão pouco aceitável para uma conduta verdadeiramente cristã aos olhos dos inquisidores, terão sofrido o filtro da censura e contribuído para um fechamento e um ensimesmamento do país, como só voltará a acontecer por alturas do Salazarismo. Entende Even-Zohar (1990) que «It is clear that the very principles of selecting the works to be translated are determined by the situation governing at (home) polysystem: the texts are chosen according to their compatibility with the new approaches and the supposedly innovatory role they may assume within the target system». Ora o contexto político-religioso da época castra quaisquer selecções de textos. O êxito de que gozaram em França e a rapidez com que foram traduzidas em todo o mundo excepto em Portugal (que as ignorou durante mais de um século, quando estava em causa uma religiosa *portuguesa*) levam-nos a acreditar que sim. A partir de 1819 não mais cessou de traduzir-se, embora com intervalos irregulares, as *Lettres Portugaises*.

Nenhuma mulher figura entre os nomes dos tradutores, ainda que as suas penas tenham traçado palavras segundo a inspiração das Cartas (Natália Correia ou as incontornáveis "três Marias", como são conhecidas Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, que fizeram das suas *Novas Cartas Portuguesas* o marco na afirmação da literatura das mulheres em Portugal). Como entender que um homem *traduza* (e entendemos "traduzir", aqui, na dupla acepção

da palavra, inter e intra-linguística) melhor o sentimento da Mulher que uma delas? A expressão do sentimento feminino não se encontra, aqui, legitimado por uma tradução em voz feminina. Poderá dar-se o caso de algumas ou, até, todas as traduções anónimas terem sido feitas por mulheres e, admitindo esta última hipótese como verdadeira, a opção pelo apagamento do tradutor só se verificaria aqui, o que poderia ganhar alguns contornos de uma questão sexista. A possibilidade de as Cartas terem sido traduzidas unicamente por homens leva-nos a indagar até que ponto esta afinidade do tradutor-homem com as Cartas acontece por se tratar de um autor-homem, assim como nos leva a tentar compreender que fenómenos socio-psicológicos explicariam a dedicação exclusiva do sexo oposto a uma tradução de um texto que se supõe feminino, por forma a perceber que razões terão movido os homens, apenas, a traduzir as *Lettres Portugaises*. Octávio Paz designou o século XX como o “século da tradução”, aquele em que «(...) more nations and more languages [...] coexist[ed] and interact[ed] at the same time», como proferiu José Lambert (*apud* Magalhães 1996:21). Por um lado, o facto de nenhuma das inúmeras traduções ter sido feita por uma mulher poderá justificar-se ou pelo acaso ou por razões daquilo a que Nietzsche chamou *afinidades electivas*. Por outro lado, em Portugal, as mulheres representam a maior percentagem de tradutores (*cf. ibidem* 1996), embora o papel da mulher na sociedade portuguesa seja tradicionalmente pouco relevante, pouco interventivo, e sobretudo pouco valorizado (o valor da mulher estava quase exclusivamente confinado ao espaço doméstico). Assim, o papel das mulheres na sociedade tradicional portuguesa poderia não se conciliar com a importância reservada à tradução das *Lettres Portugaises* (o facto é que não só foram homens que deram o seu nome à tradução como ainda foram homens de renome na estirpe intelectual nacional).

O primeiro dos tradutores das Cartas, o primeiro a infringir a censura do Santo Ofício para se entregar a leituras (e sobretudo à sua tradução – o que implicará mais tempo em torno de tal tema) tão *cancerosas* do ponto de vista da Santa Inquisição, foi um poeta incontestável e profundamente admirado e respeitado em Portugal, Filinto Elísio, pseudónimo que a Marquesa de Alorna (uma das primeiras mulheres a dedicar-se ao exercício traductício em Portugal) atribuíra ao padre Francisco Manuel do Nascimento. Durante mais de um século, a Inquisição parece ter proibido a tradução e a circulação desta obra em Portugal (Rodrigues 1935:48). O facto de ser um padre, membro da Igreja Católica opressora, o primeiro a incumbir-se da sua tradução num momento em que o tipo de literatura traduzida era abundante em contos morais (com títulos tão sugestivos como *O Castigo da Prostituição*, que, aliás, teve nesse mesmo ano mais do que uma tradução) compreende-se, pois o padre Francisco Manuel do Nascimento era acusado e perseguido pela Inquisição por afirmações heréticas e leituras proibidas.

Outra nota importante respeita às duas primeiras traduções das *Lettres Portugaises* (a de Filinto Elísio e a do Morgado de Mateus), que não se fizeram

publicar em Portugal, mas em França, sendo que a deste último se publicou primeiro por um livreiro francês, *chez Firmin Didot*, e só depois pela livraria portuguesa de J. P. Aillaud. A publicação feita pela livraria portuguesa inclui, antes das «Cartas Amorasas d'uma portugueza», as cartas que testemunham um amor francês do século XII entre dois religiosos, Heloísa e Abelardo, assaz traduzidas em Portugal. Compreende-se que ambas as primeiras traduções tenham sido publicadas previamente em França e não em Portugal, como seria legítimo pensar, por razões de ordem geográfica, pois tanto Filinto Elísio quanto o Morgado de Mateus viveram em França, onde, aliás, vieram também a falecer. Não deixa de ser curioso que nenhum português residente em Portugal tenha feito uma tradução até então ou que nenhuma editora as tivesse dado a conhecer em Portugal. A questão que se coloca prende-se com o público leitor de uma tradução portuguesa das Cartas, em França, no primeiro quartirão do século XIX. A França dos séculos XVIII e XIX atraía um grande número de intelectuais portugueses que iam “beber às fontes” dessa cultura prestigiosa e dominante. A literatura e cultura francesas eram pois dominantes: «[a]s literaturas em línguas diferentes não só se interpenetram, como se “superpenetram”, ao ponto de uma delas poder servir de modelo a outra, ou a um grupo de literaturas.» (Lambert *in* Angenot 1995:196). Esta obra estava, pois, reservada a uma elite e vedada ao conhecimento daqueles que habitavam Portugal.

Mas voltemos ainda à questão da tradução de Filinto Elísio e do Morgado de Mateus: a tradução feita para língua portuguesa não é inicialmente publicada em Portugal o que nos levará a questionar o esquema apresentado por Lambert e van Gorp (*in* Theo Hermans (ed.) 1985:186) que segue os parâmetros básicos dos “phenomena” da tradução, e que contempla que: «author 2 and reader 2 are to be situated within the target system».

Os dois primeiros tradutores das *Lettres Portugaises* fazem duas escolhas diferentes: se a tradução de Filinto Elísio abrange as cinco cartas iniciais e mais as sete que lhes seguiram, com as devidas respostas, a do Morgado de Mateus, por seu lado, apenas contempla as cinco primeiras. Estas duas opções tão distintas parecem combinar-se com as posições dos respectivos tradutores face à autenticidade da totalidade das Cartas. O Morgado de Mateus voltou a ver a sua tradução das *Lettres Portugaises publicada*, em 1838, no mesmo volume onde se incluíram as restantes 12 [sic.], mas esclarece que as doze são traduzidas por Filinto Elísio e tendo, portanto, mantido da sua lavra apenas a tradução das cinco Cartas iniciais. A explicação para este facto parece ser a de que o Morgado de Mateus não tenha querido ver o seu nome apadrinhar as restantes cartas, de cuja autenticidade duvidava. A escolha das cinco cartas iniciais mais as restantes sete e as devidas respostas (escolha do primeiro tradutor) não é a seguida pela totalidade dos tradutores das *Lettres Portugaises*. O nosso diligência vai também no sentido de testar a possibilidade de agrupar os tradutores, consoante a escolha do número de Cartas a traduzir, e encontrar afinidades entre os que fizeram o mesmo tipo de

escolha (e.g., os poetas ou apreciadores de Poesia fizeram a mesma opção que Filinto? E os historiadores ou amantes da História preferiram apenas as cinco Cartas, à semelhança do Morgado de Mateus?), de forma a perceber os critérios subjacentes a estas escolhas.

Impõe-se-nos, assim, conhecer os tradutores, que totalizam um número de treze (dez outras traduções não apresentam o nome dos tradutores). Entre aqueles de quem conhecemos o nome, Filinto Elísio não terá sido o único poeta a entregar-se ao exercício polémico e difícil da tradução para língua portuguesa das Cartas: também o fizeram A. Lopes Vieira (distinto poeta, um dos raros do seu género traduzido no estrangeiro), Eugénio de Andrade (um dos mais importantes poetas surgidos nos anos 40) e Pedro Tamen (poeta e professor universitário). Em comum, têm o gosto e a dedicação à Política e à História de Portugal os tradutores José Maria de Sousa Botelho M. e Vasconcelos (dito Morgado de Mateus, diplomata, moço-fidalgo da casa-real e nomeado ministro de Portugal); A. P. Lopes de Mendonça (deputado, escritor e jornalista, que se anunciou nas Letras como tradutor de Alexandre Dumas); Pinheiro Chagas (estadista, político e homem de Letras, uma das figuras mais completas e profícuas do século); Luciano Cordeiro (historiador, geógrafo, jornalista e político português), Manuel Ribeiro (escritor dado a grande actividade política, tendo-se envolvido em lutas sindicais; exerceu funções na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo, onde foi conservador até morrer), Jaime Cortesão (que, aliás, partilha com os anteriores o gosto pela Poesia⁹, e só depois viria a tornar-se historiador; foi também presidente da Sociedade Portuguesa de Autores e desempenhou, de 1919 a 1927 funções de director da Biblioteca Nacional) e Domingos José Enes (desempenhou funções no Ministério da Justiça, era escritor e autor de uma tradução em verso para português da *Divina Comédia*, que serviu a David Corazzi para a sua edição luxuosa d' *O Inferno*, ilustrada por Gustave Doré). De Joaquim Gomes e Nuno Figueiredo não possuímos informações¹⁰.

Tradicionalmente, a tradução é, lembra George Steiner (1998:369), relegada para segundo plano e os nomes dos tradutores *apagados* pelo peso do nome do autor. Exceptuando as traduções anónimas (e os estudos feitos que divulgaram algumas traduções), o nome do tradutor das Cartas aparece sempre referido na capa (no caso dos estudos, o nome antecede a apresentação das cartas), ainda que não haja indicações biográficas (e/ou bibliográficas, eventualmente) sobre ele. É, portanto, da maior relevância conhecer um pouco da actividade dos tradutores das *Lettres Portugaises*. Constatamos que a maior parte deles é simultaneamente autor – o que talvez justifique o não-encobrimento dos seus nomes. Lembra José Lambert (*in* Angenot 1995:191) que a natureza das relações entre os sistemas em contacto está dependente da posição que o tradutor ocupa no sistema de chegada e a tolerância do meio para com ele. Ora os tradutores são, na sua maioria, escritores e políticos de destacada importância no panorama cultural português, com relações com escritores e intelectuais importantes no panorama mundial (Filinto Elísio era amigo pessoal de

Lamartine); professores de Literatura ou de Teoria da Literatura (Pinheiro Chagas, Luciano Cordeiro, Jaime Cortesão, Pedro Tamen); seguidores de grandes mestres clássicos (Filintio Elísio revela que o seu maior desejo «fora que tudo quanto escrevesse soubesse a Horácio»); entregues à tradução de grandes nomes da literatura mundial, sobretudo francesa (Filintio Elísio traduziu, entre outros, Chateaubriand e Racine; Lopes de Mendonça estreou-se aos 17 anos com a tradução de Alexandre Dumas; Pinheiro Chagas traduziu do espanhol *D. Quixote*, de Cervantes e de resto só traduziu do francês: Alexandre Dumas, Vigny, Lamartine, Jules Verne, entre outros) e empenhados nos feitos patrióticos. Grande parte deles recolheu, divulgou e organizou eventos comemorativos da Pátria, onde se incluía Camões como personagem central: em 1817, o Morgado de Mateus preparou uma edição monumental d'*Os Lusíadas* (encontramos Fragonard entre os seus 12 ilustradores); Pinheiro Chagas é o autor do prólogo da edição d'*Os Lusíadas*, empreendida por Duarte dos Santos e Aristides Abranches, ilustrada por Soares dos Reis; A. Lopes Vieira trabalhou na edição nacional d'*Os Lusíadas*; Eugénio de Andrade organizou as antologias *Daqui Houve Nome Portugal*, em 1968, e *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*, em 1972). Outros escreveram sobre a História de Portugal e/ou os empreendimentos nas Descobertas portuguesas: Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas e Jaime Cortesão.

A grande insistência na prática da tradução a que assistimos em Portugal no século XIX, em geral, e que verificamos ser praticada entre os tradutores das *Lettres Portugaises*, em particular, poderá representar uma mais-valia para a língua e o sistema literário em Portugal, pois que o enriquecimento linguístico e literário muitas vezes vem do exterior, por meio de um choque ou contraste, onde a tradução desempenha um papel fundamental, como diz George Steiner (1998:344). Aliás, o exercício de tradução das *Lettres Portugaises* virá a tornar-se um pretexto para defesa do património literário português e para a experiência de produção de enunciados significativos diferentes, num exercício de tradução renovado que virá a apresentar alternativas para um estilo filintino, embora cheio de recursos, extremamente apegado a processos quinhentistas obsoletos (cf. Lopes e Saraiva 1972:660).

A tradução das *Lettres Portugaises*, embora também importada de França, tem um estatuto especial, pois vem interferir de forma perturbadora e ambígua não só no panorama literário, mas também no panorama histórico nacional. A reflexão que se impõe é aquela para a qual chama a atenção Anthony Pym (*vide* prefácio 1998): sobre as razões da tradução, em determinada altura e em determinado momento. As Cartas não entram em Portugal para ocupar um lugar meramente periférico. Tornam-se, antes, leitura obrigatória para os homens dos meios político, intelectual e literário (entre os românticos, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Teófilo Braga, e.g.; mais recentemente, Humberto Delgado, Cerqueira de Vasconcelos, Jaime Cortesão e Eugénio de Andrade, e.g.). Tenta enriquecer-se o panorama histórico-

literário com mais uma figura d' *Os Grandes Amores de Portugal*, numa colecção intitulada "História" e na qual Rocha Martins inclui também os amores de D. Pedro e D. Inês de Castro. Por outro lado, Manuel Ribeiro – que já vira a sua tradução das *Lettres Portugaises* publicada – decide «em pleno centenário da Pátria, chamar a atenção para uma das suas tão interessantes figuras» (vide epígrafe in Delgado 1964). Humberto Delgado aviva a epígrafe de Manuel Ribeiro no seu trabalho publicado em 1940:

*Tributo do autor às comemorações nacionais
do III Centenário da Restauração da Pátria
e do Nascimento de Madre Mariana Alcoforado.*¹¹

Ainda que inconscientemente, é dado à tradução um papel importante – indo, assim, em certa medida, ao encontro do que diz Itamar Even-Zohar¹² – pois que, com as *Lettres Portugaises*, ela abandona um certo estatuto marginal, a que estava votada segundo George Steiner, para servir de instrumento de luta pela Pátria. Queremos com isto dizer que a tradução das Cartas aparece numa altura em que se tenta a cimentação da língua e da nação portuguesas, ameaçadas ambas desde os 60 longos anos de permanência sob o domínio espanhol. É um período «de intensa crise política, social e cultural que se processa entre a Restauração e as reformas de Pombal» (Lopes e Saraiva 1972:460) e, embora a literatura portuguesa estivesse já cristalizada, o sistema literário português encontrava-se profundamente *conturbado*. A associação romântica do nascimento de Mariana Alcoforado à restauração da Pátria veio reforçar a *cristalização* da identidade cultural portuguesa, fragilizada pela sujeição ao domínio espanhol.

No que respeita à quantidade e à qualidade da tradução, a tradução de Luciano Cordeiro partilha, aos olhos de outros tradutores e estudiosos, o lugar de pódio com o Morgado de Mateus e registam-se casos em que os estudiosos que optaram por publicar as Cartas incluíram a tradução deste último (o estudo de Cerqueira de Vasconcelos, as publicações prefaciadas por Júlio Brandão e Rocha Martins demonstram essa preferência). Que critérios poderão estar na base desta escolha? Prender-se-á com problemas de estilo? De vocabulário? Enfim, terá que ver com afinidades dos divulgadores das cartas com as opções de cada um destes tradutores? Com o facto do Morgado de Mateus residir em França e ser casado com uma escritora francesa, conhecida por Madame de Souza? E por que não escolher-se o primeiro tradutor, um dos mais importantes mestres do arcadismo português? Terá o estilo pouco inovador da escrita de Filinto Elísio, encarcerada em moldes arcaizantes, inibido a escolha por parte dos estudiosos?

Salta à vista a publicação das *Cartas de Amor ao Cavaleiro de Chamilly* no mesmo volume que a *Carta de Guia de Casados*, saída na década de 70 do século XIX e ainda reeditada em 1971. A publicação de ambas as cartas no mesmo volume

poderá entender-se se tivermos em conta a contemporaneidade de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e de Mariana Alcoforado (1640-1723), ou o facto de se enquadrarem no mesmo género, o epistolar. Colocar, em paralelo, as Cartas de Mariana Alcoforado e as cartas de D. Francisco Manuel de Melo (cuja produção epistológrafa é vastíssima e de renome) poderá ter sido uma forma de valorizar uma produção muitas vezes não entendida como “literária”.

Encontramos designações diferentes para o acto traductológico, que variam consoante a data da publicação ou expressam a intenção do tradutor: à «tradução», «restituição», «versão» ou «tentativa de texto português», segue-se «tradução nova», «nova restituição». Esta terminologia não é, contudo, exclusiva da Tradução. Deparamos que vocábulos como «versão» puderam igualmente designar não a tradução do texto, mas a adaptação teatral do mesmo (cf. Lambert 1996:105). A distinção entre ambos os termos que José Lambert (1996:104) apresenta («La version serait plus littérale, la traduction plus attachée au «fond des pensées» et à «la langue nouvelle») não poderá verificar-se aqui, pois o emprego dos diferentes termos é meramente histórico. Também é notória a apresentação do texto bilingue por parte dos tradutores, facilitando (se não mesmo oferecendo os textos a) uma análise comparativa por parte do leitor. E, uma vez que o texto apresentado é muitas vezes o *original* de Barbin, ao leitor português das Cartas é *pedido* que saiba francês (e, mais ainda) do século XVII. As *Lettres Portugaises* parecem, assim, de certa forma, confinadas a um público restrito.

Na impossibilidade de apresentar aqui todas as traduções e prefácios às mesmas, consideraremos apenas os prefácios e as respectivas traduções de cinco tradutores das *Lettres*, a fim de *medir* a articulação entre o discurso implícito e a prática da tradução: Manuel Ribeiro; A. Lopes Vieira; Jaime Cortesão; Eugénio de Andrade; e Belard da Fonseca. Tomaremos como ponto de partida o texto francês, editado por Barbin em 1669, e respeitaremos a ordem por ele apresentada.

O *corpus* seleccionado¹³ representa as traduções das *Lettres Portugaises*, desde 1913, para as quais a do Morgado de Mateus representa um arquétipo. Manuel Ribeiro, por exemplo, admite-a como tal e não lhe poupa o elogio de uma tradução séria, que “segue o rigor da época de Mariana”, mas aponta igualmente para o carácter prolixo e perifrasedado em demasia”. De facto, assim é.

Esta crítica à tradução do Morgado de Mateus, no entanto, não lhe servirá de conduta para um modelo «menos prolixo e menos perifrasedado». Pelo contrário, a incoerência é flagrante: na edição de 1913 (reeditada em 1923), o texto de Manuel Ribeiro é mais conciso do que o da edição posterior de 1940. O início da primeira carta será suficiente para o demonstrar:

Considera, meu amor, como excessivo foi o teu descuido!

(Em vez de: *Considera, meu amor, até que ponto foste incapaz de adivinhar o que havia de acontecer.*)

O “rigor da época de Mariana” passa pelo cultivo de um estilo de tendências barrocas, onde o vocabulário rebuscado pode sugerir o efeito. Encontramos no Morgado uma linguagem tão refinada e um estilo tão trabalhado, que a tradução dificulta, para uns, e inviabiliza, para outros, a leitura do texto português: “faço grande menoscabo dos sentimentos” (carta 1); “detesto a tua lhanza...” (carta 5); “conheço demasiadamente qual é a força do meu destino, para diligenciar superá-lo...” (carta 5). Eugénio de Andrade, de certa forma, identifica-se com esta escolha de tradução, quando diz no prólogo às *Cartas Portuguesas* que «[a] alegria de um vocábulo justo ia-se por água abaixo quando topávamos com ele, assim, também novinho em folha, no bom do Morgado de Mateus». O que tentam Eugénio de Andrade e, afinal, Manuel Ribeiro (como acaba por confessar no prólogo de 1940) é uma «aproximação» (ao texto de origem), o que parece ter sido a opção do Morgado, que se empenhou numa tradução *adequada*.

É certo que a tradução das *Lettres Portugaises*, diz-nos Eugénio de Andrade, é um “terreno tão lavrado”, que seria difícil esperar grande originalidade na tradução, mas também é certo que os tradutores anteriores em muito facilitaram o desfazer de “um ou outro nó górdio” ou ofereceram pistas que permitiram uma orientação ao tradutor. Esta consciência do caminho desbravado por outros anteriores a ele é mais aguda em Eugénio de Andrade do que nos restantes tradutores. Contrariamente aos anteriores, não entra em conflito com os seus congéneres, não toma posições na controvérsia da atribuição das Cartas, nem tenta impor ao leitor a sua tradução como a melhor. Já A. Lopes Vieira, acreditando chegar onde os outros tradutores não chegaram, crê que a tradução francesa “perdeu o tom directo para se tornar literário”, pelo que acredita revolucionar a recepção das Cartas em Portugal, optando por lhes restituir a fluidez, dando ao texto um tom coloquial, como podemos verificar no excerto que atrás apresentámos.

Eugénio de Andrade é também o único que se refere aos problemas com a pontuação do texto e indica que, não havendo rigor na existente nas edições em língua francesa, seguirá a pontuação legitimada por Rainer Maria Rilke.

Manuel Ribeiro pretende uma tradução “tanto quanto possível aproximad[a] do original perdido, que não seja um modelo académico e tenha em conta o particularismo verbal e estilístico da Província onde a Religiosa viveu”. O efeito resulta em frases como estas: «Não estou resolvida a julgar-te tão desairosamente»; «Custa tanto resolver-se a gente, depois de certo tempo, a pôr em dúvida a boa fé daqueles que estimamos»; «Saía um navio. Por que não o deixaste abalar?» Belard da Fonseca partilha desta escolha de Manuel Ribeiro, mas não opta pelo emprego de

regionalismos e elimina do texto a terminologia conventual, justificando que «nas “Cartas” ou nos “Sermões” do Padre António Vieira, contemporâneo das “Lettres Portugaises” poderão verificar que a linguagem de então em nada diferia da actual». E o resultado é um discurso mais espontâneo, sem contudo, atingir o grau de fluidez do texto de A. Lopes Vieira. Diz Belard da Fonseca que as cartas por si traduzidas «perdem bastante da beleza literária que lhes emprestaram alguns escritores ilustres numas versões em seus estilos pessoais, mas ganham, sem dúvida, em sinceridade e naturalidade».

Há duas tendências gerais a considerar entre os tradutores: aqueles que, como o Morgado de Mateus, procuram uma *poética* das cartas, para os quais a tradução é a *procura* da palavra justa (Eugénio de Andrade), do estilo *adequado* (empregamos a palavra por analogia à tradução dita *adequada*); outros que, pretendendo reabilitar as Cartas do seu tom supostamente espontâneo, optam por um estilo menos caprichoso e com tendência a revelar-se uma tradução mais *aceitável* (A. Lopes Vieira, Manuel Ribeiro ou mesmo Belard da Fonseca). Estas posições antagónicas fazem com que as Cartas assumam e sofram, de certa forma, as ambiguidades das literaturas orais e questionem a concepção de géneros literários (cf. Lambert, in Riesz e Ricard 1990). O texto traduzido é manipulado, de forma que se pode integrar num ou noutro género, consoante a tradução que considerarmos (a de A. Lopes Vieira teria dificuldades em passar por um texto literário, se não se soubesse que era das *Lettres Portugaises* que se tratava). Manuel Ribeiro e Belard da Fonseca (ambos com grandes afinidades com Beja) manipulam o vocabulário e o estilo da tradução, tentando conjugar a dita *poética* a um tom mais *espontaneamente* regional, por forma a dar um cunho bejense a essa obra que se reclama para Portugal.

4. Um texto apócrifo ou género literário?

Não há dúvida de que o texto parece ter tido uma importância singular para a cultura de recepção, dadas as numerosas traduções que se fizeram das Cartas, em Portugal, embora o seu valor possa não residir forçosamente na sua qualidade literária. Mendes dos Remédios defende, na *História da Literatura Portuguesa*, (cit. por Gonçalves Rodrigues 1935:36) que as *Lettres Portugaises* não valem enquanto documento estritamente literário e ainda que se tivesse a certeza da existência do original português perdido, a «versão francesa tê-las-ia desfigurado até as tornar irreconhecíveis» (*Ibidem*). Este questionamento da qualidade literária leva-nos a uma reflexão acerca da epistolografia como *género literário*, embora muitos dos estudiosos que se dedicaram às *Lettres Portugaises* não tenham reservas em considerá-las como um género literário.

A concepção dos géneros literários assentou, durante muito tempo, numa visão tripartida dos mesmos que obedecia aos ditames estipulados pelos clássicos, sobretudo por Aristóteles e Horácio. Estabelecia-se uma hierarquização dos géneros

e distinguiu-se, entre eles, três principais: o épico, o dramático e o lírico. Sobre a teoria dos géneros literários, desde o Renascimento ao neoclassicismo, diz Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1992:353):

No âmbito do que poderemos designar por *classicismo renascentista*, o género literário passou a ser concebido como uma entidade substantiva, autónoma e normativa. Cada um dos três géneros literários fundamentais – o épico, o dramático e o lírico – se subdividia noutros géneros menores e todos estes géneros, maiores e menores, se distinguiam se distinguiam uns dos outros com rigor e com nitidez, obedecendo cada um deles a um conjunto de regras específicas. Estas regras incidiam tanto sobre aspectos formais e estilísticos como sobre aspectos temáticos, constituindo a obediência de uma obra às regras do género a que pertencia um preponderante factor positivo na avaliação do seu merecimento estético. [...]

A supremacia destes três géneros literários – que bania os géneros híbridos ou os marginalizava como *acanónicos*– será, mais tarde, abalada, com o aparecimento de novas produções literárias, que não obedecem à rigidez, à «essência inalterável» (para usar ainda as palavras de Vítor Manuel de Aguiar e Silva) de cada género literário, regido «por regras bem definidas, vigorosamente articuladas entre si e imutáveis» (*ibidem*). Nega-se, agora, o carácter estático e indeclinável do género literário e a controvérsia instala-se, nos séculos XVI e XVII, dando lugar a discussões sobre a existência, hierarquização e natureza dos géneros literários:

Tais polémicas foram provocadas em geral por autores que hoje são considerados maneiristas, pré-barrocos e barrocos e envolveram não só o problema dos géneros *strictu sensu*, mas também o problema das regras, uma vez que estes dois problemas estéticos são indissociáveis. [...] boa parte dos géneros literários cultivados e largamente difundidos no Renascimento foi abrangida por esta desqualificação, sendo remetida para a periferia do sistema literário[...]. [A] poética do maneirismo e, sobretudo a poética do barroco entendiam o género literário como uma entidade histórica, admitindo a possibilidade da criação de géneros novos e do desenvolvimento inédito de géneros já existentes, advogando a legitimidade e o valor intrínseco dos géneros *mistos* ou *híbridos*, ao mesmo tempo que, em nome da liberdade criadora, corrompam ou atacavam abertamente o princípio classicista da indispensabilidade e da fecundidade das regras. (*ibidem* 1992:355-356)

Estamos no século do “Preciosismo” francês (ao qual os nomes da marquesa de Rambouillet de M.^{elle} de Scudéry está invariavelmente associado), esse período do *je ne sais quoi*, como recorda Manuel Frias Martins (1995:97), que se traduz na libertação, por parte dos artistas, do peso das regras, e cujo exercício de escrita passa de uma produção de natureza imitativa para uma outra de índole criacionista.

Com estas discussões em torno dos géneros literários abria-se o caminho à “subjectividade” (tão importante nas reflexões hegelianas sobre a teoria do belo e do sensível, *aisthetike*), que Schlegel, baseando-se na *República* de Platão, e conjugando-a com o factor “objectividade”, estabelece como critério de definição de cada género¹⁴. É neste ambiente controverso, antecâmara da época romântica – no qual se desenhava uma nova concepção dos géneros literários, rejeitando a teoria clássica «em nome da historicidade do homem e da cultura, da liberdade e da espontaneidade criadoras, da singularidade das grandes obras literárias» (Aguiar e Silva 1992:360) e chega a dar preferência às literaturas ditas periféricas, em detrimento das letras greco-latinas – que surgem no panorama literário as *Lettres Portugaises*. Digo que surgem no “panorama literário”, pois não se trata de cartas policopiadas que circulem secretamente de mão em mão, mas de cartas apreciadas nos famosos “salões” (que reuniam literatos) e dadas a conhecer ao público por intermédio de um editor, que lucrava com as vendas de exemplares tendo, para tal fim, solicitado um privilégio régio.

No que respeita à sua natureza, encontramos na epistolografia grande diversidade. As cartas podem revestir-se da maior importância, se não esquecermos que se encontram entre os primeiros testemunhos de escrita. A própria Bíblia se apresenta composta por várias epístolas. As cartas que chegaram até nós ajudam-nos a reconstituir a História (dão conta de concessões régias ou outras; descobertas; acontecimentos de várias ordens, entre outros. Ainda hoje, são também as cartas que, em muitos casos, nos oferecem testemunhos preciosos (sendo, por vezes, o único documento comprovativo) do que pensaram – e, por vezes, disseram, mas não registaram *oficialmente* – teorizadores, críticos, cientistas, pensadores, escritores e outros.

O aparecimento de epistolários e memórias (sobretudo memórias de personalidades da vida político-social) começa a ser apreciado nos meios literários um pouco por toda a Europa, tendo alcançado especial acolhimento entre franceses e ingleses. Este tipo de produção literária emergente é visto como «um claro sintoma de uma decidida, mas incipiente transformação ideológica e social na Europa» (Iáñez 1993:251), que verá contornos mais delineados no século XVIII. Entramos com este tipo de produções na Modernidade, pois, à semelhança do que Dilthey (1833-1911) defenderá, esta *literatura* faz com que o leitor entre na vivência particular do autor – o que nos parece nitidamente uma valorização da individualidade e da intimidade. Através do uso das chamadas “categorias universais”, as Cartas favorecem o diálogo entre dois sujeitos, entre duas vivências, entre duas intimidades, entre duas consciências – a do autor e a do leitor. Na verdade, a carta tende a ser um substituto do diálogo (ainda que ilusório, fictício e mesmo sem obtenção de resposta), do contacto directo, efectuado por meio de trocas verbais: «celui qui écrit une lettre est à la fois seul et habité par l'autre à qui il s'adresse» (*vide* Viala, «Littérature épistolaire», in Nourissier, 1997).

É também a presença da categoria “subjectividade”, tão própria ao género lírico, que faz com que o romance epistolar – que Käte Hamburger (1986:280) considera como uma forma especial ou mista, à qual pertencerá também o *roman-journal intime* – mais se afaste do género épico, por se tratar, antes de mais, de um discurso directo, escrito na primeira pessoa, e ainda por depender de um sujeito de enunciação histórico, que empregará, portanto, um pretérito que não é ficcional, mas existencial:

Il est dans la nature du roman par lettres et du roman-journal de décrire une partie limitée de la réalité extérieure et intérieure [...]

Dans le roman épistolaire [...] le prétérît est donc particulièrement proche de la réalité et naturel; cela explique déjà qu’il nous donne l’impression d’être une forme moins épique[...] (*ibidem*).

A descrição de ambas as realidades (exterior e interior) – distinta da que marca o texto lírico, pois o que é descrito é-o apenas e só em função da experiência do “eu” – será fruto de uma *espontaneidade*, que, contudo, não implica forçosamente a veracidade: «Mais le roman épistolaire n’est pas pour autant un énoncé de réalité vrai, il est bien un énoncé de réalité feint, et, à ce titre, il est aussi un texte littéraire qui, d’après sa structure, tend vers la forme épico-fictionnelle. » (*ibidem*)

Constatemos, então, que este novo olhar sobre os géneros literários que K. Hamburger introduziu nos finais dos anos 50 (em 1957, precisa, no prefácio à tradução francesa da obra, G. Genette) e que representa, segundo este, «l’un des plus célèbres monuments de la poétique moderne», não deixa margens para dúvidas no que respeita a considerar a escrita epistolar como um género literário.

5. Onde se inserem as *Lettres Portugaises*?

As traduções portuguesas das ditas *Lettres Portugaises* atravessam, no tempo, as propostas inovadoras dos anos 70 (James S. Holmes, André Lefevere, José Lambert e Gideon Toury) que começaram a dar seguimento às teorias já desenvolvidas por Itamar Even-Zohar, desbravando caminho para o desenvolvimento da teoria polissistémica. Por outras palavras, umas traduções antecederam estas discussões em torno da teoria polissistémica, outras ocorreram já mais recentemente. Considerando as relações historico-políticas e culturais entre Portugal e França, e no caso concreto das *Lettres Portugaises*, seria quase impensável uma abordagem segundo «princípios estáticos e homogêneos que identificam a língua, a literatura e a identidade cultural» (Pinilla 1998:8) que contesta a aproximação polissistémica, pois as Cartas da freira de Beja chegam a colocar em questão a própria noção de «literatura nacional» (*ibidem*).

Eis, então, outro problema que nos coloca o estudo da tradução das *Lettres Portugaises*. Fazendo uma abordagem alígera, o título que acompanha a obra dá a entender tratar-se de Cartas que serão portuguesas. Sendo portuguesas, pertencerão, segundo alguns estudiosos e entusiastas, à (chamemos-lhe assim) Literatura Portuguesa. Todavia, não há conhecimento da existência de um original das Cartas em português. Por conseguinte, outros estudiosos e entusiastas defendem, por sua vez, essa «jóia da Literatura Francesa». José Lambert questionava-se recentemente¹⁵ a este propósito. Tendo tomado como exemplo a Bélgica, segundo Lambert, a partir do momento em que se forma um país, imediatamente se procura uma “literatura nacional” – designação que exige prudência no seu emprego, por não ser um conceito facilmente definível ou delimitável com rigor. Madame de Staël, que pretendia que a literatura fosse a *expressão da sociedade*, foi aqui invocada por Lambert para confrontar esta ideia com outra inversamente equivalente: a de que a sociedade seria, também, por sua vez, a *expressão da literatura*. Este entendimento unívoco de Madame de Staël do que é a “literatura nacional” é confrontada pela bilateralidade admitida por Lambert e que nos coloca nova questão: a de saber se a literatura francesa é a que é produzida pelos franceses ou aquela que, sendo produzida por um estrangeiro, é escrita em francês. Conta a nacionalidade, a naturalidade do autor ou a língua em que resolve expressar-se? A pertinência de tais questões justifica-se, porquanto sabemos que não é possível falar-se hoje em “literatura nacional”, pois a Literatura não se baliza por circunscrições de ordem político-geográfica (e mesmo estas não obedecem a critérios rigorosos, pois as fronteiras entre os países ainda hoje estão a ser redefinidas¹⁶ – veja-se o caso dos países de Leste –) ou mesmo linguística. Sem nos alongarmos muito a este respeito, pensemos apenas em três nomes sonantes da dita “literatura portuguesa”, em três épocas distintas e questionemo-nos: os versos que Camões escreveu em língua castelhana pertencerão, assim, a que literatura, espanhola ou portuguesa? O poeta que é o *embaixador* de Portugal no mundo (que merece as mais altas honras da Pátria, que lhe dedica o dia 10 de Junho, dia de Camões e das Comunidades Portuguesas) pertence, afinal, à literatura portuguesa? À literatura espanhola? A ambas? A nenhuma? O mesmo poderíamos perguntar em relação a Gil Vicente ou Fernando Pessoa, só para mencionar outros dois nomes incontornáveis no panorama literário em Portugal.

A insistência no uso da designação “literatura nacional” resulta, segundo Lambert¹⁷, da dificuldade de criar um conceito que englobe a *mobilidade*. Será, então, legítimo falar de “literatura nacional”, “literatura francesa”, “literatura portuguesa” e por aí em diante? Ou será preferível falar de “literatura dos franceses” e “literatura dos portugueses” ou, ainda, “literatura em francês” e “literatura em português”? A questão que se coloca no que respeita à origem das *Lettres Portugaises* também nos parece ter a ver com o problema da *mobilidade*. É a *mobilidade* que permite que a freira de Beja conheça o oficial francês (a existência histórica, temporal e espacial, de ambos, sendo coincidente, torna admissível a

hipótese de envolvimento amoroso). É a mesma *mobildade* que trouxe Noël Bouton (conde de Chamilly) a Portugal que o faz regressar a França. E é na sequência dessa *mobildade* que surgem as *Lettres Portugaises*. Mas, posta que está assim a questão, onde se inserem tais Cartas? Ou, pelas palavras de Lambert, se quisermos entender a literatura traduzida como um sistema, «onde situar as traduções em e entre as obras literárias, em e entre as literaturas?»

Curiosamente, na Biblioteca de Washington, encontramos a obra no espaço dedicado à «Literatura Portuguesa», classe “Traduções”, subclasse “Francês” (Delgado 1964:5). Assim catalogada, a literatura traduzida não se apresenta como um sistema próprio, mas como uma parte subsidiária de um outro sistema: o sistema “Literatura Portuguesa”.

Procurámos entre os espanhóis, aqueles que, pela posição geográfica, talvez pudessem ser os mais neutros ou, eventualmente, ocupar uma posição sentenciadora, se de uma “contenda literária” entre os dois países se tratasse. Em 1989, era publicada em Espanha uma *História da Literatura*, repartida por vários volumes (9), um dos quais intitulado *As Literaturas do século XVII* (Iáñez 1993). Nenhum capítulo, subcapítulo ou simples referência às *Lettres Portugaises* é registado neste volume, nem no que concerne a Portugal, nem ao que a França diz respeito. Todavia, encontrámo-las, pela mão de Jacinto do Prado Coelho, no *Diccionario de Autores de todos los tiempos e de todos los países* (vide «Alcoforado, Mariana»), de González Porto-Bompani (org.), publicado em Barcelona, pela Montaner Y Simón, S.A., em 1963.

Um e outro país reclamam as ditas Cartas. Em França, As *Lettres Portugaises* têm um espaço reservado em algumas das Histórias e Dicionários de Literatura Francesa. Podemos, sem fazer uma listagem exaustiva, referir o *Dictionnaire des Genres et Notions Littéraires* (vide «Littérature Épistolaire»), Paris, Encyclopaedia Universalis e Albin Michel, 1947; *Le Roman jusqu'à la Révolution, Tome I: Histoire du Roman en France* (dir. Henri Coulet), Paris, Librairie Armand Colin, 1967; ou a *Histoire Littéraire de la France* (de Pierre Abraham e Roland Desné), Tomo II, Paris, Éditions Sociales, 1966. E se Antoine Adam pareceu ter-se esquecido delas na sua *Histoire de la littérature française au XVIIe siècle*, (Paris, Éditions Mondiales) em 1962, o mesmo não aconteceu 35 anos mais tarde (Adam, 1997: vide Tome 3, capítulo IV, «Le Roman», «Les Lettres de la Religieuse portugaise»)¹⁸. O *Grand Larousse en 5 volumes*, tome 3, Paris, Larousse, 1989, também nos apresenta as «Lettres de la religieuse portugaise» e refere que “c’est e fait le traducteur supposé, Guilleragues, qui est l’auteur de ces lettres, directement écrites en français”. Também curiosa é a publicação das Cartas, comentadas e anotadas por Thérèse Lassalle-Maraval (*Lettres Portugaises*, Toulouse, Éditions Universitaires du Sud, Collection Études Littéraires), em 1994. Mesmo quando não constituem temática a desenvolver,

noutras Histórias ou Dicionários, as *Lettres Portugaises* são referidas no tratamento do género epistolar e, sobretudo, no romance epistolar.

Em Portugal, as *Lettres Portugaises* também figuram na *História da Literatura Portuguesa* (16ª edição), de Óscar Lopes e António José Saraiva, Porto, Porto Editora, 1972; no *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, (vide «Alcoforado, Mariana»), volume I, [S.I.], Artis-Bompiani, 1966; no *Dicionário de Literatura Portuguesa*, volumes I e II (vide «Alcoforado (Mariana)» e «Epistolografia», respectivamente), Porto, Lello & Irmão, no *Dicionário de Literatura Portuguesa*, de Jacinto Prado Coelho (dir.), 4ª edição, volume I, Porto, Figueirinhas, 1990; no *Dicionário das Mulheres Célebres* (vide «Alcoforado, Mariana»), de Américo Lopes de Olivera, Porto, Lello & Irmão, 1981. Encontramos também na *História da Literatura Portuguesa. Os seiscentistas*. (vide «Epistolografia» e «Cartas da Religiosa Portuguesa»), de Teófilo Braga, volume III, I. N. C. M., 1984, numa colecção intitulada «Temas Portugueses», onde Teófilo se opõe a Camilo Castelo Branco, por este duvidar da genuinidade das cartas (:478).

Alfredo Pimenta dizia que «se as cartas foram escritas em francês pertencem à literatura francesa e não à nossa» (Delgado, 1964:16), posição que Humberto Delgado contesta, acusando-o de ter feito tal declaração «[s]em poder dominar o seu espírito torquemádico» (*Ibidem*) (fazendo, pelo que nos parece, alusão ao temível inquisidor espanhol, Tomás de Torquemada). Estas crispações internas são o sinal de que este texto, conhecido pela língua francesa, mais do que ter colocado em questão a hierarquização dos géneros literários, serviu ao sistema literário de recepção com um propósito nacionalista, uma quase *monomania*, não só entre os românticos, como ainda depois deles, que se enquadrava perfeitamente numa luta pela sobrevivência cultural identitária que viria a ser reforçada pelos ideais propagandistas do Estado Novo.

Notas

1. O verso da capa d' *O Infeliz Amor de Sórora Mariana*, de Humberto Delgado fala-nos mesmo «dessa obra-prima da literatura europeia do século XVII». Jorge Guimarães vai mais longe, considerando as «Cartas como monumento literário mundial» (no prefácio ao texto dramático *Mariana Alcoforado*, Lisboa, Hugin Editores, 2000, p.11).
2. As *Lettres Portugaises* têm um espaço reservado em algumas das Histórias e Dicionários de Literatura Francesa, como veremos mais adiante. Mesmo quando não constituem temática a desenvolver, noutras Histórias ou Dicionários, as *Lettres Portugaises* são referidas no tratamento do género epistolar e, sobretudo, no romance epistolar.

3. Já antes dele, Felner, Juromenha e Pinheiro Chagas (tal como Luciano Cordeiro, tradutor das cartas) haviam tentado documentar a existência da freira de Beja, mas as suas investigações tinham-se mostrado inconclusivas. Entre outros defensores, encontramos também La Bruyère, Laclos, Stendhal, Sainte-Beuve e Rainer Maria Rilke.
4. Belard da Fonseca não apresenta nome de tradutor no texto português que faz divulgar. O sr. Leonel Borrela (do Museu de Beja) e alguns elementos da Biblioteca de Beja que chegaram ainda a conhecer Belard da Fonseca, antigo presidente da Câmara Municipal, afirmam que a tradução é dele. A possibilidade de ter sido a sua esposa a ajudá-lo com alguns impasses ou a fazer a tradução inteira também não está excluída, uma vez que se tratava de uma poetisa (sem publicação) que escrevia, como dizem alguns, muito “ao gosto de Florbela Espanca”.
5. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa. Os seiscentistas.*, volume 3, col. «Temas Portugueses», INCM, (1984:478).
6. Cf. catálogo da Biblioteca Nacional de França (in www.bn.fr).
7. Para Croce, «[t]raduire est élever l'impossibilité de répétition au deuxième et au troisième degrés», pois a linguagem é intuição. (George Steiner, 1998:337)
8. Esta tradução apresenta unicamente o texto, sem prefácio ou quaisquer notas introdutórias, e foi publicada em Famalicão, pela Empresa Literária Universal L.da.
9. É nos vinte anos que rondam a primeira publicação da sua tradução das *Lettres Portugaises* que Jaime Cortesão se dedica à Poesia e publica *A Morte da Águia* (1909), *Glória Humilde* (1914), *Divina Voluptuosidade* (1923) e *Missa da Meia-noite* (1940).
10. Demos conta de três Joaquim Gomes cuja data de nascimento e de morte nos poderia levar a crer tratar-se do tradutor (um designado apenas por Joaquim Gomes, um segundo de nome Joaquim da Conceição Gomes e um terceiro, Joaquim Eleutério Gaspar Gomes). A nenhum, porém, podemos atribuir com segurança a tradução das *Lettres Portugaises*. No que respeita ao tradutor Nuno Figueiredo, as Publicações Europa-América não se mostraram disponíveis para fornecer informações.
11. No mesmo ano da publicação desta obra decorria a Exposição do Mundo Português, onde foi exibido o painel de Jorge Barradas, intitulado Mariana Alcoforado, que acompanha esta obra.
12. Even-Zohar (1990) entende que a literatura traduzida pode entrar num sistema, nos momentos de viragem, crise ou vácuo. Cf. também com José Lambert (in Angenot 1995:191).
13. No que respeita às traduções do Morgado de Mateus e de Luciano Cordeiro, os textos que possuímos não se fazem acompanhar de prefácio do tradutor, pelo que seriam pouco interessantes, pois não se prestariam ao confronto da articulação entre o discurso implícito e a prática da tradução.

14. Schlegel escreve, num manuscrito de 1797, que «a lírica é caracterizada como uma forma subjectiva, o drama como uma forma objectiva e o poema épico como uma forma subjectivo-objectiva, ao passo que noutra fragmento, com a data de 1799, a lírica é definida como poesia subjectiva, a épica como poesia objectiva e o drama como poesia subjectivo-objectiva.», in Aguiar e Silva (1992:361).
15. Numa conferência plenária, intitulada «Traduction, circuits de camouflage et internationalisation dans les lettres», integrada no *IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, na Universidade de Évora, de 9 a 12 de Maio de 2001.
16. José Lambert dizia, a este respeito: «Les langues n'existent pas, nous les créons ; les pays n'existent pas, nous les créons ; les littératures n'existent pas, nous les créons.» (*ibidem*. Vide também José Lambert, «A la Recherche des cartes Mondiales des littératures», publ. in Riesz e Ricard 1990).
17. Remeto para a nota 15.
18. Não pude deixar de reparar na subtileza : a Albin Michel trata o tema que as Éditions Mondiales não referem sequer.

BIBLIOGRAFIA

ACTIVA

[ALCOFORADO, Mariana] *Cartas de Amor ao Cavaleiro de Chamilly* (tradução do Morgado de Mateus), Porto, Lello & Irmão, 1971 (publicadas juntamente com *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo).

ANDRADE, Eugénio de, *Cartas Portuguesas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

CORDEIRO, Luciano, *Cartas de Amor da Sórora Mariana ao Cavaleiro de Chamilly*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & C.ª, 1925.

CORTESÃO, Jaime, *Cartas de Amor. Soror Mariana*, Lisboa, Artis, 1964.

FONSECA, António Belard da, *Mariana Alcoforado. A freira de Beja e as «Lettres Portugaises»*, Lisboa, 1966.

RIBEIRO, Manuel, *Vida e Morte de Madre Mariana Alcoforado*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1940.

VIEIRA, Afonso Lopes, *Cartas de Soror Mariana .Lettres Portugaises*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1941.

PASSIVA

ABRAHAM, Pierre e Roland Desné, *Histoire Littéraire de la France* Tomo II, Paris, Éditions Sociales, 1966.

ADAM, Antoine, *Histoire de la littérature française au XVIIe siècle*, Tome 3, Paris, Albin Michel, 1997.

COULET, Henri *Le Roman jusqu'à la Révolution*, Paris, Librairie Armand Colin, 1967.

DELGADO, Humberto, *O Infeliz Amor de Sórora Mariana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A., 1964.

EVEN-ZOHAR, Itamar, «The Position of Translated Literature within th Literary Polysystem», in *Poetics Today 11:1*, Primavera de 1990.

GUIMARÃES, Jorge, *Mariana Alcoforado*, Lisboa, Hugin Editores, L.da., 2000.

HAMBURGER, Käte, *Logique des Genres Littéraires*, Paris, Éditions du Seuil, 1986.

IÁÑEZ, Eduardo, *História da Literatura. As Literaturas no século XVII*, Lisboa, Planeta Editora, 1993.

LAMBERT, José, «A la recherche des cartes mondiales des littératures», publ. in J. Riesz e A. Ricard (ed.), *Littérature comparée et Littératures d'Afrique*, Tubingen, Narr, 1990.

LAMBERT, José, «Le discours implicite sur la traduction», in M. Ballard et L. D'Hulst (ed.), *La Traduction en France à l'âge classique*, coll. Travaux et recherches, presses Universitaires du Septentrion, 1996.

LAMBERT, José, «A Tradução», in Marc Angenot, et alia (dir.), *Teoria Literária*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.

LAMBERT, José et Hendrik van Gorp, «Towards Research Programmes: The Function of Translated Literature within European Literatures», in Theo Hermans (ed.), *The Manipulation of Literature*, London, Croom Helm, 1985.

LOPES, Óscar e António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, 16ª edição, Porto, Porto Editora, 1972.

MAGALHÃES, Francisco José, *Da Tradução Profissional em Portugal*, Lisboa, Colibri, 1996.

MARTINS, Manuel Frias, *Matéria Negra. Uma Teoria da Literatura e da Crítica Literária*, 2ª edição, Lisboa, Cosmos, 1995.

NOURISSIER, François (préf.), *Dictionnaire des Genres et notions Littéraires*, "Littérature épistolaire", Encyclopaedia Universalis et Albin Michel, Paris, 1947.

PINILLA, José António S. e Maria Manuela F. Sánchez, *O discurso sobre a tradução em Portugal*, Lisboa, Colibri, 1998.

PYM, Anthony, *Method in Translation History*, Manchester, St Jerome, 1998.

RODRIGUES, A. Gonçalves, *Mariana Alcoforado. História e Crítica de uma Fraude Literária*, Coimbra, Tip. da Coimbra Editora, 1935.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves, *A Tradução em Portugal*, Volume I (1495-1834), 1992.

SARAMAGO, Alfredo, Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de N. Senhora da Conceição, Colares Editora, s/d.

STEINER George, *Après Babel*, 3ª ed., Paris, Albin Michel, 1998.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1992.

VASCONCELOS, José Cerqueira de, *As Cartas da Religiosa Portuguesa*, Lisboa, Nunes de Carvalho, 1935.

E ainda:

<http://www.bn.pt>

<http://www.apel.pt>